



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

54

HABEAS CORPUS: nº 0297754-2 (0002295-11.2013.8.17.0000)

COMARCA ORIGEM: 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

IMPETRANTE: Danilo Márcio Neves

PACIENTE: Alessandro Xavier de Oliveira

RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Judith Pinheiro Silveira Borba

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ART. 16, VI, DA LEI Nº 10.826/03 E ART. 304 DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DEMORA JUSTIFICADA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 84, DO TJPE. INSTRUÇÃO CRIMINAL CONCLUÍDA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 52, DO STJ. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. LIBERDADE PROVISÓRIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. RECEIO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

- 1- O processo vem tramitando, na medida do possível, de forma regular, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.
- 2- O excesso de prazo no encerramento da instrução criminal só constitui constrangimento ilegal quando injustificado, não assim se a demora resulta das peculiaridades do feito. Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, do TJPE.
- 3 - Por outro lado, a instrução processual encontra-se encerrada, ficando superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. Incidência da Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça.
- 4 - Inexiste constrangimento ilegal se o decreto de prisão preventiva encontra-se suficientemente fundamentado, apontando a necessidade da prisão em face da garantia da ordem pública, buscando evitar que o delinquente praticasse novos crimes.
- 5 - Além disso, a decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva não se amparou apenas na reincidência, mas, sobretudo, na necessidade de garantir a ordem pública, em razão de sua periculosidade concreta, haja vista tratar-se de indivíduo detentor de péssimos antecedentes e com forte tendência a delinquir, notadamente na prática de crimes contra o patrimônio.
- 6 - O princípio da inocência da nossa ordem constitucional não se mostra incompatível com a decretação da prisão preventiva no curso do processo, apenas exige que a decisão esteja devidamente fundamentada, demonstrando a existência

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

dos requisitos legais para tal segregação (arts. 312 e 313 do CPP). Precedentes do STJ.

7 - Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção. Súmula 86, do TJPE.

8 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

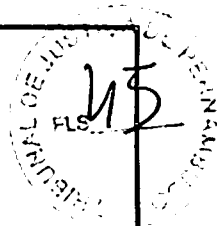
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº **0297754-2** (3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda), em que figuram, como impetrante, o advogado Danilo Márcio Neves e, como paciente, **Alessandro Xavier de Oliveira**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar** a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 20 de março de 2013.

Des. **Mauro Alencar de Barros**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: nº 0297754-2 (0002295-11.2013.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda
IMPETRANTE: Danilo Márcio Neves
PACIENTE: **Alessandro Xavier de Oliveira**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Judith Pinheiro Silveira Borba
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado por Danilo Márcio Neves, em favor de Alessandro Xavier de Oliveira, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

O impetrante esclarece que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 23/05/2011, sendo posteriormente denunciado como incurso nas penas do art. 16, VI, da Lei nº 10.826/03 e art. 304 do Código Penal.

Aduz que o paciente permaneceu enclausurado por cerca de 5 (cinco) meses exclusivamente pelo flagrante lavrado, sem qualquer ratificação judicial, já que o decreto de prisão preventiva sobreveio em 02/10/2011; e que tal procedimento certamente desconsiderou o contido no art. 306, §1º, c/c art. 310, todos do Código de Processo Penal.

Informa que, recebida a denúncia, em 08/12/2011, o paciente foi patrocinado pela defensoria pública durante todo o transcorrer da instrução criminal, findada no último dia 22/08/2012, estando o processo em fase de alegações finais, na forma prevista no art. 403, §3º, do Código de Processo Penal.

Transcreve trechos do decreto construtivo, e destaca que a autoridade apontada como coatora limitou-se a apontar os antecedentes do paciente, mas em momento algum demonstrou as razões justificadoras da imprescindibilidade da medida que se evidenciassem em fatos concretos configurados nos autos, havendo, desta feita, constrangimento ilegal.

Pondera ainda que há excesso de prazo no encerramento da instrução criminal, mais especificamente entre o término do processo em si e a prolação da sentença, o que afasta a incidência da Súmula 52 do STJ.

Sustenta, então, em resumo, ausência de fundamentação no decreto de prisão preventiva e excesso de prazo para o desfecho da ação penal (prolação de sentença de mérito).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Objetiva a concessão da ordem, relaxando-se a prisão do paciente, expedindo-se, com isso, o competente alvará de soltura.

Pedido liminar indeferido em decisão de fls. 25/26.

Ofício contendo informações da autoridade coatora acostado às fls. 32/34.

Parecer da Procuradoria de Justiça acostado às fls. 39/41, opinando pela denegação da ordem.

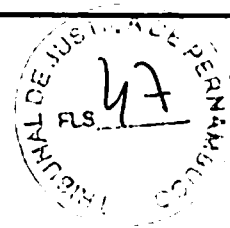
É o Relatório.

Recife, 20 de março de 2013.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: nº 0297754-2 (0002295-11.2013.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda
IMPETRANTE: Danilo Márcio Neves
PACIENTE: **Alessandro Xavier de Oliveira**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Judith Pinheiro Silveira Borba
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Busca o impetrante a concessão da presente ordem de *habeas corpus*, ao argumento de que a autoridade tida como coatora não imprimiu a necessária celeridade ao processo, restando configurado o excesso de prazo para a formação da culpa, bem como não fundamentou devidamente a decisão que converteu a prisão em flagrante, do paciente, em preventiva.

Instada a prestar informações, a autoridade impetrada esclareceu que, diferentemente do que alegou o impetrante, **o paciente foi preso no dia 30/09/2011**, sob acusação de ter praticado as ações comissivas estabelecidas no art. 16, VI, da Lei nº 10.826/03 (possuir, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, um revólver da marca Taurus, calibre .38, com numeração suprimida) e art. 304 (uso de documento falso), do Código Penal.

Descreveu que policiais militares encontravam-se realizando diligências de rotina, no bairro de Peixinhos, em Olinda, oportunidade em que visualizaram o paciente e mais três pessoas em atitude suspeita, os quais, ao avistarem os policiais, tentaram se misturar às pessoas que se encontravam em uma parada de ônibus.

Relatou que a guarnição decidiu abordar os quatro homens e levá-los até a Delegacia, para fins de averiguação, ocasião em que **o paciente confessou que praticara um assalto, no dia anterior (29/11/2011), a um mercadinho localizado na cidade de Abreu e Lima**, e que arma de fogo usada na ação delituosa encontrava-se na residência dele.

Expôs que, após efetuarem diligência na residência do paciente, os PMs encontraram um revólver Taurus, calibre .38, com número de série raspado, escondido no interior do imóvel, assim como 02 (dois) cartões de livre acesso a transportes públicos pertencentes a terceiros 01 (um) celular.

My



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



De acordo com o juízo *a quo*, o **paciente assumiu**, na esfera policial, a **prática delitiva**, informando que, de fato, **utilizava o cartão de livre acesso** e que, em relação ao **assalto perpetrado contra o mercadinho**, este havia sido **premeditado, juntamente com outras três pessoas**, tendo subtraído a quantia de R\$200,00 (duzentos reais) do estabelecimento comercial, além do aparelho celular que fora apreendido em sua residência, o qual pertencia a uma balconista. Na ocasião, **o paciente também confessou que já fora condenado por crime de roubo** perante a Comarca de Paudalho.

A autoridade impetrada informou que a decisão que converteu a prisão em flagrante, do paciente, em preventiva ocorreu, durante o plantão judiciário, **em data de 02/10/2011**, ou seja, 02 (dois) dias depois da prisão em flagrante delito, e não após 05 (cinco) meses, conforme declarou o impetrante na petição inicial do presente HC.

Elucidou que, em virtude de o paciente ter afirmado, na esfera policial, que já cometera crime de roubo perante a Comarca de Paudalho, determinou que fossem solicitadas informações àquela Comarca.

A magistrada esclareceu que a Delegacia de Abreu e Lima demorou a responder o ofício por meio do qual solicitou informações acerca do roubo praticado em desfavor do supracitado mercadinho.

Por fim, noticiou que **a defesa do paciente** está sendo realizada pela Defensoria Pública, a qual **apresentou as alegações finais no dia 28/02/2013**, estando o processo pronto para ser julgado.

In casu, tem-se que o processo vem tramitando, na medida do possível, de forma regular, sem existir qualquer incidente relevante, atribuível à condução do feito criminal, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.

Como dito, os prazos estão transcorrendo de acordo com o critério da razoabilidade, não podendo se imputar eventual atraso ao Judiciário, a ponto de ensejar o relaxamento da custódia cautelar do paciente, a fim de autorizá-lo a aguardar o julgamento do feito em liberdade.

Sabe-se que "o excesso de prazo no encerramento da instrução criminal só constitui constrangimento ilegal quando injustificado, não assim se a demora resulta das peculiaridades do feito" (RT 687/277).

AK



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, desta Egrégia Corte, que assim dispõe:

"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro do parâmetro de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Por outro lado, a instrução processual encontra-se encerrada, razão pela qual incide a Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça, que estabelece:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

No que se refere à alegação de falta de justa causa para prisão preventiva do paciente, de igual modo, não assiste razão ao impetrante.

Da análise dos documentos e informações acostadas aos autos, verifica-se que a Juíza de 1º grau, apesar de ter sido sucinta, justificou estarem presentes os requisitos para decretação da custódia preventiva do paciente, apontado a necessidade da prisão em face da garantia da ordem pública, buscando evitar que o delinquente praticasse novos crimes.

De fato, além do processo crime objeto da presente impetração (**proc. nº 0009620-45.2011.8.17.0990**), em consulta ao sistema de controle processual deste TJPE (*Judwin*), constata-se a existência do **processo nº 0000412-34.2006.8.17.1080**, que tramitou na 1ª Vara da Comarca de Paudalho. Na sentença, que condenou o ora paciente à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e multa de 20 (vinte) dias-multa, pela prática do crime de furto qualificado, na modalidade tentada, o juízo de Paudalho destacou que:

"Quanto aos ANTECEDENTES, quando menor, ALESSANDRO, com então 15(quinze) anos já tomou parte no latrocínio que resultou na morte do engenheiro da Telemar CÂNDIDO FERNANDES LOPES CARVALHO, conforme representação de n.º 939/00;

(...)

Ma



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Quanto à PERSONALIDADE, desde a menoridade está dirigida ao crime, já no seu depoimento na delegacia referenciou que **foi o autor do disparo que matou o engenheiro da Telemar quando do roubo perpetrado e apurado na representação 939/00;**

(...)

As CIRCUNSTÂNCIAS de modo, tempo e lugar que se deu o fato são desfavoráveis ao réu, já madrugada, evento festivo em andamento, aproveitando de imaginada desatenção da vítima para com o seu patrimônio, vítima esta que em nada contribuiu para o evento (...);

Ainda em consulta ao sistema de controle processual deste TJPE (*Judwin*), observa-se que na **Representação nº 230.2000.000087-2 (Antigo nº 939/00)**, mencionada na sentença do processo nº 0000412-34.2006.8.17.1080, o ora paciente cumpriu integralmente a medida sócioeducativa de internação, imposta pelo Juízo de Direito da Comarca de Paudalho, pela prática do **latrocínio** que resultou na morte do engenheiro da Telemar Cândido Fernandes Lopes Carvalho.

Tem razão o juízo de Direito da Comarca de Paudalho quando afirma que, desde a menoridade o paciente está dirigido ao crime, porquanto também constatei que ele respondeu a outras duas Representações, as quais tramitaram naquela Comarca: **Proc. nº 114-86.1999.8.17.1080** e **Proc. nº 142-20.2000.8.17.1080**, porém ambas contam com sentença declaratória da extinção da punibilidade, em razão de o representado (Alessandro Xavier de Oliveira) ter atingido a idade limite prevista no ECA para aplicação de medida socioeducativa.

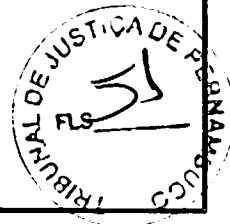
Destarte, ao contrário do que arguiu a defesa, a decretação da prisão preventiva do paciente não se amparou apenas na reincidência, mas, sobretudo, na necessidade de garantir a ordem pública, em razão de sua periculosidade concreta, **haja vista tratar-se de indivíduo detentor de péssimos antecedentes e com forte tendência a delinquir**, notadamente na prática de crimes contra o patrimônio, tendo sido, inclusive, o **autor do disparo que matou CÂNDIDO FERNANDES LOPES CARVALHO**, quando do roubo perpetrado e apurado na Representação 939/00.

Além disso, o princípio da presunção da não culpabilidade, previsto na Magna Carta, não afronta a prisão preventiva. Ora, a custódia provisória nada mais é do que mera

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



medida cautelar, que tem por fim garantir o bom andamento da ação penal, através da qual se demonstrará a culpabilidade ou não do paciente.

Nesse sentido, leciona Alexandre de Moares:

"a consagração do princípio da inocência não afasta a constitucionalidade das espécies de prisões provisórias, que continua sendo, pacificamente, reconhecida pela jurisprudência, por considerar a legitimidade jurídico-constitucional da prisão cautelar, que, não obstante a presunção 'juris tantum' de não-culpabilidade dos réus, pode validamente incidir sobre seu 'status libertatis'. Desta forma, permanecem válidas as prisões temporárias, em flagrante, preventivas, por pronúncia e por sentenças condenatórias sem trânsitos em julgado".

Por sua vez, entendo, pelas razões já expostas e com base no art. 282, incisos I e II e §6º, do Código de Processo Penal, que a prisão preventiva mostra-se a única medida cautelar adequada ao caso, ficando impossibilitadas a concessão da liberdade provisória e a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do mesmo Código.

De outro lado, é de se destacar que as condições pessoais favoráveis do paciente não possuem o condão de garantir-lhe a liberdade provisória, já que, como explicitado acima, estão presentes, *in casu*, outras circunstâncias autorizadoras da cautela, notadamente em razão da periculosidade concreta do paciente, haja vista recair sobre ele a suspeita de integrar grupo de extermínio.

Nesse sentido, observe-se a Súmula 86 deste e. TJPE: *"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva"*.

Assim sendo, em não havendo coação ilegal a ser reparada pela presente impetração, **o meu voto pela denegação da ordem** do presente *Habeas Corpus*.

Recife, 20 de março de 2013.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

¹ MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional, 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 133.